

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.475 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2002



Acompanhado de membros da Comissão de Segurança, Iris Rezende (segunda à direita) anuncia votação do relatório na semana que vem

Célio Azevedo

Senadores pedem ação contra violência

Em Plenário, parlamentares fazem sugestões e cobram medidas de combate à criminalidade

A partir de pronunciamento em que Edison Lobão defendeu a união do país contra a violência, diversos parlamentares apresentaram ontem sugestões e cobraram medidas que garantam a paz. O presidente da Comissão Mista de Segurança, Iris Rezende, prevê que o país poderá avançar na luta contra a criminalidade.

Proposta para maioria será votada na terça-feira

PÁGINA 5



José Cruz

No Plenário, senadores aprovaram também o fim de restrição para vereador do interior exercer advocacia

Aprovado acordo de extradição com o Chile e a Bolívia

O Plenário do Senado aprovou ontem acordo de extradição assinado pelos países do Mercosul com o Chile e a Bolívia. Segundo o senador Tião Viana, o documento contribui para o combate ao tráfico de drogas e armas.

PÁGINA 3

Desenvolvimento sustentável em Pernambuco ganha US\$ 90 milhões

Cooperação científica com a Eslovênia tem aval do Senado

Artur da Távola destaca prêmio à TV Senado

O prêmio de melhor emissora de televisão na categoria de utilidade pública foi concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte. Apoiado por Pedro Simon e Ramez Tebet, Artur da Távola disse que “muitos brasileiros acompanham a aula de cidadania” transmitida pela TV Senado.

PÁGINA 6

Suplicy cobra apoio do Itamaraty a Bustani na Opaq

O senador Eduardo Suplicy questiona demora do Itamaraty em reiterar apoio ao diplomata brasileiro José Maurício Bustani na presidência da Organização para Proscrição de Armas Químicas. O afastamento de Bustani foi pedido pelos Estados Unidos.

PÁGINA 2

Suplicy quer maior apoio do governo à permanência de Bustani na Opaq

O senador questionou a demora do Ministério das Relações Exteriores em reiterar a defesa do diplomata, que pode perder a presidência do órgão devido a pressões dos Estados Unidos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem em Plenário a aprovação pelo Senado, no dia 22 de março, de moção de apoio à permanência de José Maurício Bustani na presidência da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq), órgão das Nações Unidas (ONU), para questionar a demora do Itamaraty em reiterar a defesa do diplomata.

Suplicy propôs que o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, faça gestões junto aos chanceleres dos países amigos reunidos em Costa Rica para manter Bustani no cargo, derrotando pressões dos Estados Unidos que querem derubá-lo.

O senador também solicitou que a moção seja enviada a Buenos Aires, onde os senadores Roberto Saturnino (sem partido-RJ), José Fogaça (PPS-RS) e Ro-



Para Suplicy, o Itamaraty deve buscar em outros países apoio a José Maurício Bustani

berto Requião (PMDB-PR) devem se reunir com o presidente Eduardo Duhalde, para que façam gestões no sentido de mudar o voto da Argentina, de abstenção na última votação da Opaq, para aprovação da permanência de Bustani.

Segundo Suplicy, o que se esperava é que o apoio do Senado a

Bustani levasse o Itamaraty a imediatas gestões junto aos governos dos países favoráveis à permanência do brasileiro na Opaq, onde ele está fazendo trabalho elogiado por especialistas em armas químicas. O Itamaraty, entretanto, disse o senador, tem sido muito tímido em relação ao assunto.

IRAQUE

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) louvou a atuação de Bustani à frente da Opaq, conseguindo ampliar o número de membros de 87 para 145. Ele trabalha pela inclusão do Iraque na organização por entender que sua condição de membro levará o governo daquele país a aceitar inspeções internacionais em seu território. Os Estados Unidos, disse Simon, ao invés de assumirem que pretendem fazer guerra com o Iraque e que Bustani está colocando obstáculos nessa estratégia, acusam

o embaixador de gestão financeira deficiente.

ARMAS

O senador Tião Viana (PT-AC) argumentou que a oposição dos Estados Unidos à permanência de Bustani também se deve à decisão do presidente George W. Bush de manter armas biológicas e químicas em seu território, sem admitir inspeções internacionais. Diante do baixo custo para montar um laboratório desse tipo — apenas US\$ 1 milhão — e das catástrofes que essas armas podem patrocinar, “é difícil compreender” que um país seja contrário ao completo banimento delas no mundo, afirmou o senador.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), “a América Latina não pode se submeter às posições belicistas” dos Estados Unidos. “Defendemos a tese de que duas horas de diálogo resolvem melhor as questões do que cinco minutos de tiroteio”, observou.

Jefferson Péres antecipa agenda com o Itamaraty

O protecionismo norte-americano ao setor siderúrgico, o ingresso do Brasil na Alca, a questão palestina e o movimento organizado pelos Estados Unidos para destituir o embaixador José Maurício Bustani da Organização Mundial para Proscrição de Armas Químicas integram a agenda a ser discutida nos próximos meses pelo Senado com o Itamaraty.

A previsão é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para quem essas dificuldades preocupam o Legislativo e a sociedade brasileira. Ele disse que a iniciativa do Senado de ouvir o chanceler Cel-

so Lafer sobre as restrições americanas ao aço brasileiro reflete oportuna tomada de consciência do Parlamento quanto ao seu papel na discussão e fiscalização dos rumos da política externa brasileira.

Jefferson Péres lembrou que na última década a indústria brasileira de aço entrou num amplo processo de modernização e reestruturação. Como resultado, disse, das 34 empresas que havia no setor, hoje só existem 12. Em contraste, observou, “a siderurgia americana é um setor ineficiente e obsoleto”, que vem sendo sacudido por falências em série.

O senador considerou impossí-

vel prever as conseqüências econômicas e políticas de um retrocesso nos entendimentos para uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em razão da insistência dos países ricos em dificultar o acesso a seus mercados, embora mantenham “uma retórica liberal desmoralizada por gestões protecionistas”.

— O enigma se afigura tanto mais angustiante quando verificamos, assentada a poeira dos ataques terroristas de 11 de setembro e da devastadora resposta americana ao regime talibã, que essas experiências aparentemente fortaleceram os setores da administração Bush adeptos de um unilateral-



O protecionismo norte-americano deve ser um dos temas a serem debatidos, disse Jefferson Péres

ismo agressivo no trato de questões internacionais — afirmou.

Jefferson Péres acrescentou que o caso Bustani precisa ser ainda esclarecido.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: comparecimento do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Silva de Amaral, para prestar esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as ações do governo brasileiro.

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; votação do PLS que estabelece restrições à alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias; votação secreta do parecer que submete à deliberação do Senado o nome de Dilma Seli Pena Pereira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC sobre as guardas municipais; PLS que altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; PDL que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e Panamá sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, administrativo e técnico; PDL que aprova o texto do Protocolo de Emendas ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre os governos do Brasil e República da Costa Rica; e requerimento, da senadora Heloisa Helena, solicitando a constituição de comissão com o objetivo de realizar diligências na região de fronteira do Brasil com a Colômbia, observando as condições de segurança da população brasileira, em face do Plano Colômbia, patrocinado pelos Estados Unidos da América.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC sobre as guardas municipais; substitutivo da Câmara ao PLS que regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição; PDL que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação nas Áreas de Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado entre os governos do Brasil e Romênia; PDL que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal; e PDL que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Aliança do Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança do Tocantins (TO).

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Paulo Hartung pede que a Câmara vote sua proposta, já aprovada pelo Senado

Hartung defende projeto sobre áreas litorâneas

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) solicitou aos deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que votem rapidamente projeto de sua autoria regularizando a cobrança das taxas de ocupação dos imóveis que constituem terrenos de marinha e os laudêmios – valores cobrados de pessoas que usam terrenos da União. O projeto, que já foi aprovado pelo Senado e pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, está naquela comissão desde o final do ano passado, informou Hartung.

– Este é um assunto que aflige milhões de brasileiros que vivem em áreas litorâneas, e o mais grave é que essa tortura se repete anualmente, sendo premente uma solução – frisou o senador.

Hartung dirigiu um apelo especial ao deputado Gerson Gabrielli (PFL-BA), que relata a matéria, para que analise o projeto “com uma visão multifacetada, como a utilizada no Senado, mas sem descuidar do fato de que este é um problema que necessita de urgente definição para que se restaure a segurança jurídica dos imóveis de muitas famílias”.

O senador contou que, quando o projeto foi examinado pelo Senado, ocorreu uma participação efetiva de vários parlamentares e de representantes dos órgãos do Poder Executivo. Esse conjunto de esforços, acrescentou, propiciou a retirada de alguns excessos do texto original e a inclusão de salvaguardas, viabilizando a sua aprovação.

Hartung citou o desempenho do então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, do comando da Marinha e de representantes do Ministério do Meio Ambiente.

– O texto encaminhado à Câmara foi, efetivamente, objeto de intensa negociação entre o Senado e setores do governo federal, sem julgamentos *a priori* de qualquer das partes, até que se chegasse ao texto final aprovado – relatou.

Aprovado acordo de extradição entre os países do Mercosul, Chile e Bolívia

Texto concluído em 1998, no Rio de Janeiro, não será aplicável nos casos de delitos de natureza política ou de sentenças proferidas por tribunais de exceção

O texto final do Acordo de Extradição entre os países que integram o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), de um lado, e Chile e Bolívia, do outro, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Pelos termos do acordo, concluído no dia 10 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro, os países signatários obrigam-se a entregar reciprocamente – segundo as regras e as condições estabelecidas no texto – pessoas procuradas pelas autoridades competentes para ser proces-

sadas pela prática presumida de algum delito; para continuar a responder a processo já em curso; ou para cumprir pena de prisão.

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou o texto final do acordo, ressaltando que será de grande utilidade no combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas.

Conforme o artigo 10 do acordo, a extradição não se aplicará a menores de 18 anos. Quanto a estes, o país requerido tomará as medidas corretivas que, de acordo com o seu

ordenamento jurídico, seriam aplicáveis se os fatos tivessem sido praticados em seu território por um menor inimputável (que não pode ser responsabilizado diretamente).

A extradição acordada também não será aplicável nos casos de delitos de natureza política ou nos casos de sentenças proferidas por tribunais de exceção.



Tião Viana diz que acordo pode ajudar no combate ao tráfico de drogas e armas

Brasil e Eslovênia terão cooperação científica e tecnológica

O Senado aprovou ontem o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em 29 de julho de 1998, entre o governo brasileiro e o da Eslovênia. Após o cumprimento dos trâmites legais nos dois países, o acordo vai vigorar por um período de cinco anos e será au-

tomaticamente prorrogado por igual período, de forma sucessiva, salvo se uma das partes decidir denunciá-lo.

O acordo prevê o desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa científica e tecnológica com o eventual compartilhamento de equipamento e materiais.

Prevê ainda o intercâmbio de cientistas, pesquisadores, professores universitários, peritos e técnicos para o desenvolvimento de programas, projetos e outras atividades de cooperação, a troca de informações científicas e a organização de atividades conjuntas, tais como conferências e seminários.

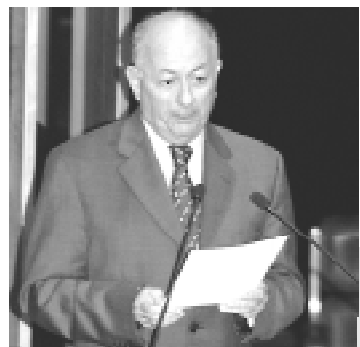
Para a execução do acordo, será constituída uma comissão mista, que ficará encarregada de delinear propostas, avaliar atividades e aprovar recomendações com vistas a fomentar condições favoráveis para o estabelecimento de empreendimentos em comum.

Autorizado aval da União a empréstimo do BID para programa pernambucano

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a União a conceder aval a operação de crédito externo no valor de US\$ 90 milhões, que será contratada entre o governo de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata).

Ao encaminhar a matéria como relator, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que os recursos vão ter grande repercussão social numa das regiões mais pobres do estado beneficiário, assinalando, ainda, que o governo local se obriga a uma contrapartida no aporte de recursos ao programa, no valor de mais US\$ 60 milhões, de modo a totalizar um investimento equivalente a US\$ 150 milhões.

Os senadores Carlos Wilson (PTB-PE), 1º secretário do Senado, e José Jorge (PFL-PE) destacaram a importância do empréstimo do BID para que possam ser promovidas expressivas mudanças econômicas e sociais



José Jorge e Carlos Wilson destacam a importância do empréstimo para o desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco



na região, uma das mais pobres do estado.

O empréstimo a ser concedido pelo BID, com aval do Tesouro Nacional, prevê prazo de pagamento de 20 anos, com quatro anos de carência. A última prestação semestral de pagamento do empréstimo será desembolsada pelo governo de Pernambuco somente em 2026.

Segundo informações prestadas pelo governo pernambucano ao relator da matéria, o Promata alocará recursos, principalmente, na promoção da melhoria da gestão pública municipal, em especi-

al das finanças do sistema de prestação de serviços públicos; na melhoria da disponibilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em 70 comunidades de 500 a 10 mil habitantes, atendendo cerca de 130 mil pessoas; na melhoria das condições de tráfego de mil quilômetros de estradas vicinais para uma área que concentra 10.500 pequenos produtores; na reabilitação de matadouros e mercados municipais; e ainda no desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, saúde e difusão de tecnologia agropecuária.

Cai restrição para vereador do interior advogar

O Plenário aprovou ontem projeto da Câmara que permite a vereadores do interior, bacharéis em Direito, advogar em causa própria ou para terceiros, mesmo quando membros da Mesa do Poder Legislativo, o que não é permitido hoje pelo Estatuto da Advocacia e pelas normas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pelo projeto, fica proibido o exercício da advocacia ao chefe do Poder Executivo federal, estadual e municipal, aos membros da Mesa de órgão do Poder Legislativo federal e estadual, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras de capitais. Portanto, a mudança aprovada limita a proibição do exercício da advocacia, no caso dos vereadores membros da Mesa, apenas aos das capitais.

O Senado também aprovou, para esclarecer dúvida de interpretação, novo texto final de projeto da Câmara que trata da composição dos conselhos Especial e Permanente da Justiça Militar. Pelo texto, integram esses conselhos juízes militares sorteados entre oficiais de carreira, da sede da auditoria.



Chico Sartori ressaltou que há três anos não se registra febre aftosa no estado

Sartori: comércio de gado em Rondônia deve ser liberado

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) fez ontem apelo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pela suspensão de medidas que limitam a movimentação e comercialização de gado bovino em Rondônia. Segundo disse, há três anos não se registra nenhum caso de febre aftosa no estado. O senador encaminhou ao ministro Pratini de Moraes requerimento de informações sobre os motivos que evitaram a realização, até o momento, do inquérito sorológico do rebanho bovino de Rondônia.

Os produtores do estado, disse Sartori, estão preocupados com as normas adotadas pelo ministério. Ele recordou que Rondônia foi o primeiro estado a obter o selo de qualidade do Programa de Carne Natural, instituído pela Associação de Criadores de Nelore do Brasil, e que o agronegócio representa mais de 50% da economia do estado, onde existem 5,4 cabeças de boi para cada habitante.

— Rondônia é um estado eminentemente agropecuário, baseado na pequena propriedade e na agricultura familiar, onde 70% do território ainda é composto por reservas indígenas e naturais. Esse ambiente é favorável à manutenção do programa estadual de erradicação da febre aftosa — afirmou.

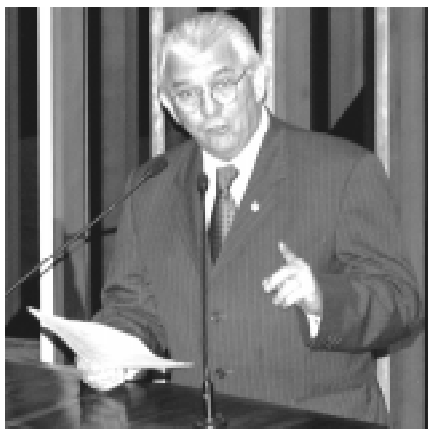
Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) declarou que, no combate à doença, Rondônia alcançou em três anos e meio o que outros estados levaram 20 anos. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou sua satisfação com a obtenção, por Rondônia, do selo de qualidade para carne natural, e assinalou o potencial do estado para a produção e exportação de alimentos.

Moreira cobra lei que garanta a emancipação de municípios

Segundo o senador, distritos de grande porte não podem obter autonomia política por não existir lei complementar que regulamente o tema

Obstáculos jurídicos que impedem a criação de municípios levaram o senador Moreira Mendes (PFL-RO) a cobrar do Senado e da Câmara dos Deputados a elaboração de lei complementar permitindo que distritos de grande porte, com auto-suficiência econômica, possam ter autonomia político-administrativa.

O parlamentar observou que a realidade atual é oposta ao que acontecia nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1988, quando “ocorreu proliferação indiscriminada de municípios”. Essa mudança, continuou, deve-se a emenda constitucional promulgada em 1996. A partir de então, disse, a criação de municípios deixou de obedecer a critérios ditados por lei complementar estadual e passaria a seguir normas



Moreira Mendes: já não ocorre hoje a “proliferação de municípios”

de lei complementar federal ainda não aprovada.

Mesmo os distritos que atendem aos requisitos necessários para se tornarem municípios, como o resultado positivo em estudo de viabilidade municipal e a aprovação da proposta em plebiscito, esbarram na inexistência da lei complementar, enfatizou.

Ademir culpa governo por conflitos de terra

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pretende que a sociedade brasileira cobre dos governos federal e estaduais maior compromisso com a demanda por moradia e reforma agrária. Em discurso ontem em Plenário, ele também fez apelo para que a população seja compreensiva com os episódios de ocupação de áreas urbanas e rurais e com a reação dos proprietários de terras alvo de conflitos, pois tudo seria “fruto da omissão do poder público”.

Ao tratar da questão rural, Ademir Andrade comentou a recente ocupação da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a propaganda do Ministério do Desenvolvimento Agrário veiculada pela TV. Segundo o senador, a mídia explorou “a ação condenável” do MST na fazenda, mas não criticou o informe publicitário “mentiroso” do governo federal sobre reforma agrária.

— Essa propaganda, que custou R\$ 8,5 milhões, mostra belas imagens de assentamentos rurais,



Ademir Andrade considera baixo o volume de recursos destinado à reforma agrária nos últimos anos

produzindo com água e energia, que nem sabemos se são reais — afirmou. Além de classificar o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann como homem “de muita conversa e pouca ação”, Ademir considerou baixo o volume de recursos orçamentários destinados à reforma agrária nos últimos sete anos e contestou o número de famílias assentadas.

Segundo informou, o valor médio de recursos da União liberados no período situou-se em R\$ 976 milhões por ano. “Desse total, 67% destinaram-se

O senador lembrou que o distrito de Extrema Rondônia (RO) tenta emancipar-se há muitos anos. Moreira afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não organizou o plebiscito no distrito e no município, já que a lei complementar que regulamentaria a questão não foi aprovada. O TSE manifestou o mesmo entendimento em outros casos.

Na avaliação do senador, não faltam iniciativas para resolver o problema. Ele lembrou que quatro senadores e 12 deputados já apresentaram projetos de lei complementar sobre o tema, mas ainda não foram examinados.

— O nó da questão é o congestionamento da pauta legislativa das Casas do Congresso Nacional. Mas ainda assim é preciso criar meios para dar vazão à justa aspiração de autonomia, já que se percebe legitimidade e coerência em muitos desses pleitos.

Jonas defende votação de novo ritual para MPs

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu a imediata análise, pelo Congresso Nacional, do projeto de resolução que trata do novo ritual de votação das medidas provisórias (MPs). Segundo informou, cerca de 60 medidas editadas antes da promulgação da emenda constitucional que modificou a sistemática de edição, vigência e apreciação das MPs ainda não foram examinadas pelos parlamentares.

Jonas reconheceu que as medidas editadas após a promulgação da emenda têm preferência, em razão das novas normas que prevêm o trancamento da pauta. Mas acha que as MPs editadas antes da promulgação da emenda deveriam ser votadas o mais rapidamente possível.



Jonas Pinheiro: emendas antigas não foram ainda votadas

Maldaner propõe maior controle para arbitragem

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu o fortalecimento e maior controle oficial das câmaras de arbitragem, criadas em 1996 para agilizar questões judiciais de menor monta. Segundo disse, a arbitragem está sendo prejudicada pela “ação inescrupulosa de alguns grupos de pessoas”, que vêm criando instituições sem estrutura técnica, sem padrões eticamente corretos de comportamento profissional e sem uma medida justa e razoável de sua remuneração, como contraprestação de serviços.

— Essas instituições estão provocando a deturpação da imagem de seriedade, imparcialidade e competência que deve caracterizar a atividade de arbitragem e destruindo uma das mais promissoras iniciativas de nossa estrutura jurídica, que são as câmaras de arbitragem, comparável às melhores práticas jurídicas já estabelecidas no Primeiro Mundo.



Maldaner: deturpação nas câmaras de arbitragem



Presidente Ramez Tebet com representantes mineiros, ao receber documento da Assembléia Legislativa com propostas contra a criminalidade

Assembléia mineira defende a ressocialização dos presos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem do presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, deputado Antonio Júlio, documento contendo propostas sobre segurança pública elaborado em conjunto com integrantes do Judiciário, do Executivo, do Ministério Público e de segmentos da sociedade mineira. O senador decidiu encaminhar o texto ao exame da Comissão Mista de Segurança Pública.

— Estou encaminhando à comissão mista as propostas e considero altamente salutar esta iniciativa da Assembléia de Minas, que é um estado importantíssimo. É uma demonstração de que a sociedade brasileira está atenta. Isso é o Brasil manifestando sua vontade de resolver o problema — afirmou.

Tebet considerou relevantes, para o trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública, as sugges-

tões recebidas e acrescentou que o interesse do Congresso é votar com rapidez o aperfeiçoamento da legislação para depois fiscalizar seu cumprimento pelos outros poderes. O senador Arlindo Porto (PTB-MG), integrante da comissão que acompanhou a audiência, elogiou a contribuição mineira e disse que “neste momento nosso grande desafio é colocar em Plenário, votar as medidas, mas sabemos que a sociedade não quer apenas leis, quer vê-las bem aplicadas”.

As principais propostas apresentadas pela Assembléia de Minas são a unificação das polícias civil e militar, começando pela integração de suas ações, e a adoção de medidas de ressocialização dos presos. Segundo o deputado Antonio Júlio, a atenção à polícia é fundamental, mas o sistema penitenciário precisa ser revisto.

Congresso recebe propostas de todo o país, afirma Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apontou ontem a relevância do trabalho que vem sendo realizado pela Comissão Mista de Segurança Pública, da qual fez parte. Segundo ele, a comissão já aprovou sete projetos que foram enviados aos Plenários do Senado e da Câmara.

— Vamos acompanhar não somente sua aprovação, mas também sua implementação efetiva, que dotará o país de uma legislação adequada aos tempos modernos — disse.

Porto afirmou ainda que a comissão está recebendo contribuições de várias partes do Brasil, como a



Arlindo Porto: comissão mista já aprovou sete projetos

bléia Legislativa de Minas Gerais, deputado Antonio Júlio, estiveram presentes o procurador-geral do estado, Nedeus Ulisses, o desembargador Joaquim Alves de Andrade, coordenador do projeto Humanização de Penas, e vários deputados estaduais.

Edison Lobão pede esforço nacional contra a violência

Segundo senador, a vida do brasileiro torna-se cada vez mais insegura com onda de homicídios, balas perdidas e ação de narcotraficantes

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu ontem, em Plenário, a união do país contra a violência. Ele observou que vem sendo desrespeitada a inviolabilidade do direito à vida, prevista na Constituição, e lamentou que homicídios, balas perdidas e o narcotráfico venham tornando cada

vez mais insegura e intranquila a vida dos brasileiros, especialmente nas grandes cidades.

— As pessoas vivem em sobresalto. Nas grandes cidades, as ca-



Lobão advertiu que “já estamos próximos da desgraça colombiana”

sas estão sendo convertidas em fortalezas, com portões eletrônicos, cães treinados e vigilantes. Enquanto isso, na rua os que podem vão ao trabalho em carros blindados — descreveu.

Lobão afirmou que o tráfico de drogas começa a recrutar crianças a partir de 8 anos de idade. A maioria das crianças e adolescentes que trabalha para o tráfico também se torna consumidora de drogas, e o Brasil já é o segundo

maior consumidor de cocaína no mundo, acrescentou.

Para o senador, o quadro de violência ainda é mais grave do que apontam as estatísticas oficiais, uma vez que apenas um terço dos crimes costuma ser notificado. Além disso, observou, os criminosos vêm procurando aperfeiçoar a sua atuação com a ajuda de antigos terroristas, que vêm conduzindo o planejamento e a condução de seqüestros, dentro de uma nova rede internacional do crime.

— Balas perdidas vêm matando adultos e crianças em nossas cidades, e eu me pergunto onde vamos parar nesse ritmo de insegurança. Já estamos próximos da desgraça colombiana — alertou.

Iris destaca trabalho da Comissão Mista de Segurança

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) anunciou, durante aparte a Edison Lobão (PFL-MA), que na próxima semana fará uma prestação de contas de seu trabalho à frente da comissão mista especial que analisa projetos em tramitação relacionados ao combate à criminalidade. Ele afirmou que o país poderá avançar na luta contra a violência se a Câmara e o Senado acolherem projetos selecionados pela comissão.

Também em aparte, o senador José Agripino (RN), líder do PFL, apontou a impunidade como uma

das principais causas da criminalidade. Ele defendeu a mudança da legislação processual penal como forma de inibir a concessão de recursos pela Justiça. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por sua vez, observou que têm sido mais frequentes as críticas à redução de penas.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) indicou o combate à criminalidade como tema primordial no cotidiano das grandes cidades brasileiras e lamentou o que classificou como “processo cultural de louvação à violência”.

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apontou a desigualdade social como um dos principais fatores do crescimento da criminalidade no Brasil. Ela lamentou que não seja cumprida a atual legislação sobre porte de armas e acusou o governo de omissão no combate ao alcoolismo.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), classificou as palavras da senadora como uma “diatribe contra o governo” e lamentou que ela não tenha feito um aparte analítico.

Redução da maioria fica para terça-feira

Foi adiada para a próxima terça-feira a votação, pela Comissão Mista de Segurança Pública, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a idade de imputabilidade penal de 18 para 16 anos.

De acordo com o presidente da comissão mista, senador Iris Rezende (PMDB-GO), o adiamento não atrapalhará os trabalhos, pois o relatório final — que deveria ser votado na terça-feira — será apreciado ainda na semana que vem.

Iris Rezende, que é o autor da PEC, explicou que a questão da maioria penal é realmente polêmica e demanda vários debates, mas disse acreditar em um consenso entre os integrantes do grupo sobre o assunto naquela reunião.

— O jovem de 16, 17 anos de

hoje tem muito mais discernimento do que há tempos atrás. Mas é preciso atentar que a emenda prevê que esse jovem, se detido e condenado, não cumprirá pena junto com os demais detentos, tendo local específico para os presidiários dessa faixa etária — lembrou o presidente da comissão mista.

Iris observou também que, de uma maneira geral, todos os temas examinados pela comissão até o momento exigiram estudo aprofundado, pois eram considerados controversos ou difíceis, como a unificação das corporações policiais civil e militar. Projeto com esse objetivo foi aprovado



Adiamento não atrapalhará trabalhos da comissão, afirmou Iris

nesta semana, definindo que a integração das polícias acontecerá de forma gradual, com um período de transição de oito anos.

O senador destacou ainda a aprovação, pela comissão mista, de outras modificações promovi-

das no Código de Processo Penal, com a finalidade de aumentar as penas de quem cometer crimes relacionados com o narcotráfico, o seqüestro, inclusive o seqüestro-relâmpago, a lavagem de dinheiro e a participação em outras organizações criminosas.

Távola destaca prêmio recebido pela TV Senado

Distinção de melhor emissora de televisão na categoria de utilidade pública foi concedida pela Associação Paulista de Críticos de Arte

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou ontem, em discurso, o prêmio recebido pela TV Senado da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) como melhor emissora de televisão na categoria de utilidade pública. Segundo o senador, a APCA é uma entidade de alta confiabilidade, respeitada em suas decisões e nos prêmios que distribui anualmente.



Távola: muitos brasileiros acompanham aula de cidadania transmitida pela TV Senado

— Chamo a atenção dos senadores para o fato de a TV do Senado haver recebido esse prêmio de excelência de uma instituição de grande respeitabilidade. Trata-se de uma associação independente, feita por pessoas de alto nível cultural. Esse prêmio deve ser motivo de orgulho para todos nós, tendo em vista a sua importância — afirmou Artur da Távola, que congratulou os servidores da TV.

O senador reconheceu a atuação de três presidentes da Casa em relação à emissora: do senador José Sarney (PMDB-AP) na criação da TV Senado, do ex-senador Antonio Carlos Magalhães na consolidação do projeto e do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) por dar “orientação precisa” à TV.

Exibição de “Tainá” é vista por 700 crianças

Em homenagem ao Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, cerca de 700 crianças de escolas públicas da periferia de Brasília assistiram, na quarta-feira, ao filme *Tainá – Uma Aventura na Amazônia*, no Auditório Petrônio Portella do Senado. Promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas, o filme foi projetado em duas sessões, às 12h e às 15h, dentro da programação especial do projeto Cultura ao Meio-Dia e contou com a presença da atriz Eunice Baía (Tainá), que distribuiu autógrafos às crianças.

O filme tem como cenário a Amazônia, o Rio Negro e igarapés entremeados de plantas aquáticas, e as vilas e povoados ribeirinhos em que Tainá, uma índia-orfã, vive com seu avô, Tigê.



Filme que tem como cenário a Amazônia foi exibido no Auditório Petrônio Portella, do Senado, para homenagear o Dia do Índio

O velho índio guarda a sabedoria de seus antepassados. Tendo o avô como mestre, Tainá conhece as lendas e histórias que fazem

lhões de pessoas, entre aqueles que têm acesso à TV por assinatura e via satélite (com antena parabólica).

— Muitos brasileiros acompanham essa verdadeira aula de diversidade e cidadania transmitida pela TV Senado. Vêem que o Senado não é aquela Casa onde medram atividades negativas e reconhecem a seriedade e a intensidade do trabalho político.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a Artur da Távola para subscrever o seu pronunciamento e salientou a relevância da APCA, que há 32 anos entrega o prêmio. A entidade, na sua opinião, surpreendeu a todos ao oferecer o prêmio à TV Senado, “um marco que atesta a vitória desse projeto da Casa”.

— Temos orgulho da nossa televisão do Senado. É a primeira vez que o país sabe o que acontece em seu Legislativo. Não é um noticiário que tem esse poder de comunicar ao país o que se passa aqui. Na TV Senado, temos a cobertura de todos os ângulos, inclusive o da oposição — afirmou Simon, que elogiou a qualidade dos programas sobre música e literatura liderados por Artur da Távola na emissora.

Na presidência da sessão, Ramez Tebet cumprimentou Távola e Simon pelos pronunciamentos.

Plenário aprova novas concessões para rádios

O Plenário do Senado aprovou ontem projetos de decretos legislativos autorizando novas concessões para a exploração de serviços de radiodifusão no interior do país.

A Associação Comunitária de Louveira poderá executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Louveira (SP).

Pelo mesmo período, foi concedida a exploração de serviço radiofônico comunitário à Associação Comunitária de Comunicação Manairama de Apoio às Comunidades do Município de Ouro Branco (RN). Já a Rádio Cidade Bela foi autorizada a explorar por 20 anos serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Campo Verde (MT).



Presidente do Senado recebe atletas e promete lutar por patrocínio para atividades esportivas de deficientes físicos

Tebet oferece apoio a atletas paraolímpicos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem os atletas paraolímpicos Danilo Glasser (natação), Roseane Santos (lançamento de disco e arremesso de peso) e Antonio Tenório da Silva (judô) e comprometeu-se a realizar gestões junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para que reservem parte de suas verbas de divulgação ao patrocínio de atividades esportivas de deficientes físicos.

— Vou advogar a causa desses nossos atletas perante a Caixa e os Correios, pois quem gasta com propaganda tem que incluir a divulgação das coisas boas deste

país, como o talento e o amor dessas pessoas que superam tantos obstáculos, já honraram o nome do Brasil em Sidney e dão exemplo de fé, coragem e civismo a todos nós — declarou.

Os atletas compareceram à audiência acompanhados pelo deputado federal Pedro Canedo e pelo presidente da Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (Abradecar), Ciraldo Reis, segundo o qual a proposta da entidade é a de que a CEF e a ECT liberem R\$ 800 mil, cada uma, o que permitirá beneficiar 60 atletas portadores de deficiências físicas com bolsas mensais entre R\$ 700 e R\$ 3 mil durante um ano.

Heloísa aplaude secretária dos Direitos da Mulher

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) aplaudiu a escolha de Solange Bentes Jurema como secretária Nacional dos Direitos da Mulher. “Não pude comparecer à sua posse, mas quero deixar, do Plenário do Senado, meus votos de felicidades. Posso garantir que fará uma gestão marcante à frente da secretaria, por ser uma mulher alagoana competente e batalhadora”, disse Heloísa.



Heloísa Helena saudou a escolha da alagoana Solange Bentes para Secretária Nacional

Plantão tira-dúvidas é uma boa oportunidade para esclarecer os senadores, disse Jucá



José Cruz

Governo esclarece dúvidas sobre MP da energia elétrica

Técnicos do governo estarão à disposição dos senadores na próxima terça-feira, a partir das 11h, na liderança do governo, para retirar dúvidas sobre a medida provisória (MP) que trata do reajuste extraordinário de energia elétrica que os consumidores serão obrigados a pagar para compensar perdas das distribuidoras em virtude do racionamento do ano passado. A MP institui também o seguro anti-acionamento.

A informação foi prestada ontem, em Plenário, pelo senador

Romero Jucá (PSDB-RR). Ele observou que o plantão tira-dúvidas é uma boa oportunidade para que os senadores sejam devidamente esclarecidos sobre a medida provisória, já aprovada pela Câmara dos Deputados e que deverá ser votada pelo Senado na próxima terça-feira à tarde. Jucá informou que o governo decidiu oferecer o serviço com o objetivo de tornar transparente o conteúdo da MP, evitando-se, dessa maneira, um possível trancamento da pauta do Plenário.

Mozarildo critica privatização das empresas do setor elétrico

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que a falta de chuvas não é a única explicação para a crise no fornecimento de energia elétrica que o país enfrentou no ano passado. Na avaliação do senador, a crise deve-se à falta de investimentos no setor e à "forma atabalhoada" com que o governo conduziu a privatização das empresas de energia.

— Se era para abrir o setor energético para a atuação das empresas privadas, por que não se fez com que elas construíssem suas próprias usinas? — indagou.

O parlamentar citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual 25 dos 78 projetos de aumento de oferta de energia com conclusão prevista para o final de 2003 estão atrasados. A responsabilidade por esse atraso, disse Mozarildo, é do governo, que não consegue o licenciamento ambiental. Um dos exemplos citados pelo senador é o da Usina de Cubatão, um projeto da Petrobras e da Marubeni. A autorização para a obra levou mais de três anos para ser concedida e só saiu em outubro de 2001.

O fato de a meta de importação de energia ter sido reduzida de 2.836 MW para 1.498 MW consti-



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo também responsabilizou a falta de investimentos pela crise no fornecimento de energia

tui outro dado alarmante, afirmou Mozarildo. Ele sustenta que, se o governo não promover ações coordenadas, os riscos de racionamento ou apagões não estarão descartados.

Mozarildo advertiu ainda para o fato de que os reservatórios estão bem abaixo de sua capacidade, principalmente nas regiões mais críticas. O reservatório da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, na Bahia, está com 45% da capacidade, prova de que o sistema está trabalhando em níveis perigosos, observou o senador.

Carlos Wilson: educação deve ter abatimento integral no IR

Senador reapresenta projeto para garantir que todas as despesas com ensino possam ser deduzidas. Atualmente, o máximo é de R\$ 1.700 por dependente

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) anunciou a reapresentação de projeto que possibilita a dedução integral das despesas com educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Sua proposta, apresentada pela primeira vez em 1997, havia sido arquivada, na forma regimental, ao final da legislatura passada. Atualmente, o máximo que pode ser deduzido é R\$ 1.700 por dependente.

— Por que os contribuintes podem deduzir apenas R\$ 1.700 na sua declaração anual de ajuste de rendimentos? Talvez a explicação esteja no furor tributário que move o atual governo. Principalmente contra o trabalhador assalariado, que tem o seu imposto coletado na fonte. Não bastam o congelamento da tabela do imposto de renda desde 1996 e até a absurda conceituação de que salário é renda? — indagou Carlos Wilson.

A formação escolar de um aluno do curso básico, segundo o sena-



José Cruz

Para Carlos Wilson, explicação do atual limite deve estar no "furor tributário" do governo

dor, custa de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil por ano, enquanto um estudante do ensino médio matriculado em escola particular paga entre R\$ 6 mil e R\$ 8 mil, dependendo da escola. Carlos Wilson lamentou que, embora a Constituição inclua a educação como o primeiro dos direitos sociais, o ensino público não ofereça condições para uma boa formação.

O senador declarou que o próprio ministro da Educação, Paulo

Renato Souza, admitiu que o ensino público é ruim, quando justificou a queda de 51,85 para 40,6 na nota média dos alunos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ministro alegou que a média havia caído em virtude da inclusão de alunos da escola pública no exame.

Por outro lado, Carlos Wilson manifestou sua satisfação em saber que o pré-candidato da Frente Trabalhista à Presidência da República, Ciro Gomes, defendeu, em entrevista à jornalista Miriam Leitão, uma ampla reforma tributária, para "acabar com a injustiça que se pratica hoje, quando o imposto de renda pago pelas pessoas físicas supera o recolhido pelas pessoas jurídicas".

A Medida Provisória (MP) 22/2002, reeditada em 8 de janeiro passado, foi criticada por Carlos Wilson. A MP aumenta a dedução de R\$ 1.700 para R\$ 1.998, com validade apenas para a declaração de ajuste do ano que vem. O senador não concorda com o que ele considerou "um pífio aumento da dedução".

Lindberg Cury condena política de preços para os combustíveis

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) criticou ontem, em Plenário, a política de fixação do preço dos combustíveis, pela Petrobras, atrelada à variação do preço do petróleo no mercado internacional. Na opinião do senador, a economia do país não pode ficar à mercê das crises externas do setor, que acabam afetando a toda a sociedade brasileira.

Segundo Lindberg, os três reajustes no preço da gasolina no último mês totalizaram 23,08%. O impacto do preço do petróleo sobre a inflação, continuou, pode fazer com que o governo não consiga atingir as metas de inflação estabelecidas para este ano. Dados apresentados por Lindberg indicam que o aumento dos combustíveis foi responsável por um quarto da inflação de março, que foi o dobro da registrada em fevereiro, e deve ter influência similar sobre o índice de abril.

— Apesar de a Petrobras produ-

zir 84% do petróleo consumido no país, ela cobra dos consumidores como se todo o produto fosse importado. Está certo que a empresa precisa gerar lucros, mas não a esse preço. Essa política demonstra como o monopólio é nocivo. Precisamos encontrar uma solução para o problema e repensar a utilização de fontes de energia alternativa como o gás natural e o álcool — sugeriu.

Lindberg esclareceu que não pede a reativação do Proálcool, um programa, segundo ele, cheio de vícios. Mas indicou a necessidade de criação de uma proposta séria e correta que possa levar o país à auto-suficiência energética.

O senador destacou que a utilização do gás natural pode ser uma alternativa viável. Atualmente, ele é responsável por apenas 3% da energia gerada no país, apesar de ser uma fonte de energia mais limpa que os óleos combustíveis usados em processos industriais.



Roosevelt Pinheiro

Lindberg: é preciso retomar propostas de utilização de fontes alternativas de energia

A ampliação da utilização do gasoduto Brasil-Bolívia, que, segundo o senador, está ocioso, pode reduzir a dependência na geração de energia hidráulica, que passou por uma séria crise no ano passado. O gás natural também pode ser, na opinião de Lindberg, uma opção para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Cabral divulga ações para Agenda Amazônica

Documento apresentado em Plenário pelo senador reúne conjunto de informações para diagnóstico de gestão hídrica e promoção do desenvolvimento sustentável da bacia amazônica. A publicação foi lançada em março, no Marrocos



Desperdício é fruto de má educação dos usuários e falta de políticas, disse Eduardo

Eduardo quer medidas para economizar água

Alertando para a crise mundial dos recursos hídricos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou ser "absolutamente necessário" que o Brasil adote medidas para reduzir o uso de água potável. Além de evitar o desperdício, que é a maneira mais fácil de poupar água, disse o senador, é preciso também reciclar ou reutilizar a água.

– Devemos adotar comportamentos não poluidores, como diminuir a quantidade de rejeitos, reduzir o consumo, mudar hábitos e reciclar.

Eduardo Siqueira Campos disse que o desperdício é, muitas vezes, fruto da má educação dos usuários e da falta de políticas oficiais. Ele lembrou que mais de 60% dos vasos sanitários brasileiros utilizam de 18 a 20 litros por descarga, contra cinco a seis litros dos sanitários modernos. Países como o Canadá, informou, implantaram programas de substituição de vasos sanitários, pagando US\$ 40 por vaso trocado nas residências, resultando numa economia média anual de US\$ 50 por residência.

– Hoje, pagamos apenas pela coleta e tratamento da água. Mas não por sua cessão. É evidente que o consumo de água para atender as necessidades humanas e saciar a sede dos animais deve ser dispensado de qualquer pagamento. O mesmo, contudo, não deve ocorrer com indústrias e empresas que utilizam a água em seu processo produtivo – disse.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou em Plenário, ontem, o documento que irá nortear a elaboração de um diagnóstico sobre a situação do gerenciamento dos recursos hídricos nos oito países que integram a bacia amazônica. Com versão em português e inglês, a publicação reúne um conjunto de atividades para conservação e desenvolvimento sustentável das águas amazônicas e foi lançada, no mês passado, em Casablanca, Marrocos.

As ações previstas no documento, necessárias ao cumprimento da Agenda Amazônica, deverão ser implementadas durante um ano por um grupo de trabalho internacional. Os consultores e técnicos do projeto irão realizar levantamentos no Brasil, Equador, Peru, Suriname, Bolívia, Colômbia, Guiana e Venezuela, todos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 3 de julho de 1978.

De acordo com o texto, a preservação da integridade do "sis-



Senador Bernardo Cabral é membro do Comitê Mundial de Recursos Hídricos

tema natural amazônico" envolve, de forma indissociável, a preservação da floresta, da biodiversidade, da qualidade e do volume dos recursos hídricos. Pelos dados reunidos no documento, a Amazônia abriga a maior bacia hidrográfica do mundo, com extensão de cerca de seis milhões de quilômetros quadrados, e que seu principal rio, o Amazonas, lança cerca de 175 milhões de litros de água por segundo no Oceano

Atlântico, o correspondente a 20% da vazão conjunta de todos os rios do mundo.

"Dessa forma, o correto gerenciamento dos recursos hídricos nessa região é estratégico e vital, não só para os países diretamente envolvidos, mas para toda a humanidade", atesta o documento, observando que a gestão das águas da bacia amazônica não pode prescindir do envolvimento e da participação ativa de todos os países que aderiram ao TCA.

Ao apresentar esse trabalho no Senado, Bernardo Cabral destacou que o mesmo retrata "uma digna preocupação sobre o problema da água no mundo". Já o senador Edison Lobão (PFL-MA), no exercício da presidência da Casa, ressaltou o mérito de "um documento dessa envergadura em diagnosticar formas de preservação dos recursos hídricos na região amazônica".

Criação de reserva é contestada por Juvêncio

A intenção do Ministério do Meio Ambiente de criar uma reserva biológica na região do Nabileque, incluída no pantanal sul-mato-grossense, gerou protestos do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), ontem, em Plenário. Solidário à revolta que, segundo afirmou, está ocorrendo na comunidade pantaneira, que não teria sido consultada sobre a medida, o parlamentar afirmou que a transformação da área em unidade de conservação ambiental impede a exploração de qualquer atividade produtiva e a visitação pública ao local.

Ilha fluvial de 580 mil hectares na fronteira do Brasil com a Bolívia, Nabileque abriga produção pecuária há mais de 100 anos, segundo informou Juvêncio. "São 350 mil reses criadas em uma área plana, a 70 metros acima do nível do mar", acrescentou. Como não há registro de desmatamento ou degradação da natureza na área, conforme assegurou, o se-



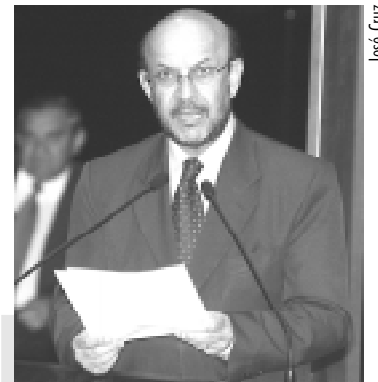
Para Juvêncio, a presença do pantaneiro na área não causa degradação ambiental

nador peemedebista não vê motivos para se proibir a presença humana em Nabileque.

Na opinião de Juvêncio, a retirada do pantaneiro da região pode propiciar a desagregação ambiental, em vez de favorecer a recuperação de ecossistemas alterados e a preservação da diversidade biológica. Se as pastagens naturais que surgem no período de estia-

gem não forem consumidas pelo gado, Juvêncio teme que se tornem combustível sólido para queimadas. Outra preocupação do senador é a vulnerabilidade que a ausência de ocupação humana irá imprimir a uma zona de fronteira conturbada.

Em apartes, os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) consideraram pertinentes as críticas sobre a possível criação da reserva biológica do Nabileque. "Esse decreto vai engessar o bom tratamento e a conservação adequada da região", afirmou Jonas Pinheiro. Ao saber que uma organização não-governamental (ONG) estrangeira teria influenciado a decisão do ministério, Mestrinho alertou que "interesses de grupos econômicos internacionais" estão prevalecendo sobre os interesses de preservação do meio ambiente na Amazônia e no Centro-Oeste do país.



Santos destacou trabalho do homenageado para preservação da Mata Atlântica capixaba

Santos registra outorga de título a ambientalista

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) registrou ontem, em Plenário, a concessão, pela Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), do título de doutor *honoris causa* ao empresário e pesquisador capixaba Roberto Anselmo Kautsky, ambientalista de renome internacional com mais de 100 descobertas na área de Botânica e mais de 150 citações em livros e revistas internacionais.

A obra de Kautsky – filho do austríaco Roberto Carlos Kautsky – vem sendo publicada não apenas no Brasil, mas também em países como Japão, Estados Unidos, Inglaterra e França. Em 1987, ele foi agraciado pelo governo do Espírito Santo com a comenda Augusto Ruschi, criada para homenagear um dos mais conhecidos cientistas do estado.

– Precisamos de seu exemplo e de sua inestimável contribuição à causa da defesa do imenso patrimônio natural representado pela Mata Atlântica capixaba, uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta – disse Ricardo Santos.

Kautsky é orquífilo, orquidólogo e bromeliófilo autodidata. A partir de 1963, deu início a um trabalho de taxonomia vegetal e teve seu nome ligado a mais de 100 descobertas. O ambientalista criou ainda uma reserva em sua propriedade, com 300 mil metros quadrados e cerca de 100 mil plantas.